

Senado aprova Sivam mas exige licitação para obras

Governo fica autorizado a tomar empréstimo de US\$ 1,4 bi para financiar o projeto. Discussão do relatório do senador Ramez Tebet em plenário levou quatro horas



O Senado também aprovou a criação de comissão que estudará alternativas para a Amazônia

Josaphat já tem proposta para disciplinar MPs

O senador Josaphat Marinho (PFL-BA) apresentou minuta de proposta de emenda constitucional determinando que a medida provisória não apreciada pelo Congresso Nacional no prazo de 60 dias será convertida em projeto de lei para tramitar dentro dos procedimentos normais do Legislativo. Caso a MP ou o projeto de lei em que ela se converteu seja rejeitado, o Congresso terá 60 dias para disciplinar as relações jurídicas decorrentes do ato não aprovado.



Josaphat

O anteprojeto foi apresentado na Comissão Especial do Senado que examina as propostas relativas ao disciplinamento do uso de medidas provisórias.

O futuro da Amazônia é tema de comissão

O Senado aprovou ontem a criação de uma comissão temporária destinada a definir uma política de crescimento econômico para a Amazônia a partir de discussões com a comunidade científica brasileira e com a sociedade de modo geral. Denominada "Comissão Amazônia Urgente", ela foi proposta pelo senador Ademir Andrade (PSB-PA), com o apoio dos senadores Lúcio Alcântara (PSDB-CE), Josaphat Marinho (PFL-BA), Bernardo Cabral (PFL-AM) e Osmar Dias (PR).

A comissão deverá ser instalada até o final de 1996 e será composta por onze senadores titulares e igual número de suplentes.

ACÚCAR

O Acordo Internacional do Açúcar, assinado pelo Brasil em dezembro de 1992, teve ontem seus termos aprovados pelo Senado. O acordo, que substitui o firmado em 1987, foi negociado no âmbito da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (Unctad) e mantém a Organização Internacional do Açúcar (OIA) como instituição de cooperação internacional entre países produtores e consumidores. A preservação da OIA era defendida pelo setor sucroalcooleiro nacional, pelo Itamaraty e pelo Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo.

Depois de seis meses de instalada a supercomissão destinada a analisar denúncias de irregularidades no projeto do Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam), o plenário do Senado deu ontem sinal verde para que o governo execute o projeto. Foram aprovadas mudanças nas cinco resoluções que autorizam o governo a tomar empréstimo externo de US\$ 1,4 bilhão para financiar o Sivam. Por recomendação da supercomissão, foi aprovado um anexo que exige licitação pública para as obras civis do projeto.

A votação foi polêmica e durou quase quatro horas. O plenário apoiou o parecer do relator da supercomissão, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), apesar dos protestos dos senadores de oposição. O anexo à resolução do Sivam condiciona o sinal verde do Senado à assinatura de compromisso de sigilo pelas empresas fornecedoras de radares e outros equipamentos, de forma a garantir ao governo brasileiro propriedade exclusiva do *software* desenvolvido para o Sivam. No final, as alterações foram aprovadas por 47 votos favoráveis, 13 contra e uma abstenção. **Página 3**

Presidiários podem receber apoio religioso

Página 4



Waldeck Ornelas

Ornelas defende Orçamento simples e transparente

Uma série de audiências públicas deverá marcar os trabalhos da Subcomissão Especial do Congresso que busca subsídios para a elaboração de projeto de lei complementar com o objetivo de disciplinar o dispositivo constitucional que trata do Orçamento da União. A subcomissão, que tem como relator o senador Waldeck Ornelas (PFL-BA), definiu ontem seu roteiro de atividades e fará reuniões todas as quintas-feiras, a partir das 14h30.

Ornelas informou que a mudança a ser introduzida pelo projeto propiciará a elaboração de um orçamento "transparente, simplificado e em condições de ser lido e fácil de ser entendido pela população, e não inteligível apenas pelos especialistas". O senador disse que não se pode admitir um orçamento com meros registros para efeito de contabilidade, mas sobretudo na definição, formulação e incremento de políticas públicas.

CRE aprova indicação de embaixadores

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, presidida pelo senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), aprovou ontem as indicações dos diplomatas Antonio Carlos Coelho da Rocha para o cargo de embaixador do Brasil no Kuwait e, cumulativamente, no Estado de Bahrein; Adolf Libert Westphalen, para embaixador na Iugoslávia; e Marcelo Didier, para embaixador no Marrocos.

Simon aponta erros que levaram à derrota do governo na Câmara

No episódio, senador considerou positiva apenas a disposição de FHC, transmitida por porta-voz, de não barganhar votações

"O governo não está conduzindo-se como devia e o Congresso não está comportando-se como deve", afirmou ontem o senador Pedro Simon (PMDB-RS), ao referir-se às votações de quarta-feira na Câmara dos Deputados que resultaram na rejeição de três dispositivos da reforma previdenciária proposta pelo governo.

Na opinião do senador, o presidente Fernando Henrique Cardoso equivocou-se ao organizar uma base de apoio ampla demais. Além disso, no 1º turno de votação da reforma da Previdência, acrescentou, o governo errou e foi longe demais nas promessas. O único ponto positivo destacado por Simon foi o fato de o porta-voz



Simon

do governo ter garantido, em entrevista coletiva, que Fernando Henrique não aceita barganha.

Simon desmentiu notícia em que ele aparece como integrante de um suposto lobby pela retirada de quatro artigos do MP sobre a capitalização do Banco do Brasil. "O governo cometeu um absurdo e os artigos foram colocados de contrabando", disse. Ele também declarou-se favorável à pretensão do Piauí de abater metade de sua dívida com a União. Em aparte, o senador Edison Lobão (PFL-MA) afirmou que o Senado precisa alterar as decisões da Câmara. O senador Jefferson Peres (PSDB-AM), por sua vez, considerou-as "uma rele chantagem".

Lobão diz que mídia só destaca de pesquisa o que é desfavorável

O senador Edison Lobão (PFL-MA) disse ontem que a imprensa só tem destacado os aspectos desfavoráveis das pesquisas de avaliação do governo FHC e não aborda os números favoráveis da economia brasileira. O senador leu o editorial "Bons números", do jornal *O Globo*, que mostra o desempenho da economia, pedindo para que o texto fosse transcrito nos Anais da Casa.



Lobão

Lobão concordou com a opinião do jornal de que os números absolutos da economia são animadores, contrapondo-se aos números relativos das pesquisas. Ele citou informações sobre o aumento das exportações e das reservas internacionais, e a diminuição do déficit das contas internas.

O senador leu trecho do artigo segundo o qual "nem só com números se faz a prosperidade de um país e a felicidade de seu povo. No entanto, quando eles são muitos e coerentes entre si, podem jogar para longe as nuvens pretas do negativismo". Lobão disse esperar que o Senado não tenha impressões negativas da economia brasileira por causa das pesquisas.

Dutra critica o projeto da Previdência aprovado

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) disse ontem que o projeto de reforma da Previdência aprovado ontem pela Câmara dos Deputados prejudica os trabalhadores da iniciativa privada, enquanto mantém privilégios para algumas categorias.

- Esse projeto é um verdadeiro Frankenstein, um monstro. A modificação foi para pior - afirmou Dutra.

Segundo o senador, as propostas de autoria do deputado Eduardo Jorge e do senador Roberto Freire (PPS-PE), que regulamentam a Previdência, são muito melhores do que a do governo, que as deveria ter utilizado, "se quisesse fazer uma reforma séria".



José Eduardo Dutra

"A grande questão é fazer uma reforma radical, garantindo um tempo para a transição e respeitando-se os direitos adquiridos", defendeu o senador.

Dutra afirmou que a proposta do deputado Eduardo Jorge prevê a sustentação e o custeio da Previdência, enquanto a do senador Roberto Freire aponta, igualmente, para uma reforma efetiva do sistema previdenciário.

Agenda do Dia

PLENÁRIO

9h - Sessão não deliberativa do Senado

Aprovação do Sivam foi precedida de intensos debates no plenário

Oposição pediu para esperar relatório do TCU, mas governistas insistiram que não foram apresentadas provas que possam impedir projeto

A discussão e a votação do Sivam em plenário demorou quase quatro horas. No geral, os parlamentares de oposição lamentaram que a supercomissão (reunião conjunta das comissões de Relações Exteriores, Assuntos Econômicos e Fiscalização e Controle)

não considerou recomendações técnicas de cientistas brasileiros e também não ouviu o ex-presidente do Inbra, Francisco Grazziano, que levou ao presidente da República um *grampo* feito na casa do ex-chefe do Cerimonial do Planalto, embaixador Júlio César Gomes dos Santos. Os senadores que apoiam o governo ponderaram que se falou em irregularidades, mas elas não foram apresentadas pela oposição.

"Não se ouviu aqui nenhuma voz contra um sistema de vigilância da Amazônia", afirmou a senadora Júnia Marise (MG), líder do PDT. Para ela, a oposição questiona o tráfico de influência feito para se evitar a instalação de uma CPI sobre o Sivam.

O governo tem medo do que o sr. Francisco Grazziano poderia dizer se tivesse sido convocado pela supercomissão? - perguntou o senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE).

O líder do PMDB no Senado, Jader Barbalho (PA), apresentou uma cópia de relatório preliminar do TCU onde se afirma que a seleção da empresa norte-americana Raytheon para fornecer equipamentos "está juridicamente correta". Ramez Tebet (PMDB-MS), relator do caso, destacou que seu substitutivo incluiu um item prevendo rescisão dos contratos do Sivam se for constatada alguma irregularidade nesses documentos.

Josaphat Marinho (PFL-BA) argumentou que os senadores estavam apoiando um projeto do governo sem se aprofundar em



Tebet e ACM, relator e presidente

sua discussão. "Ninguém questiona o fato de o governo retirar a empresa Escsa como gerenciadora do Sivam e contratar seus ex-funcionários para trabalhar no Sivam", disse Josaphat.

Osmar Dias (PR) salientou que o governo não deu respostas às ponderações de Josaphat Marinho. José Eduardo Dutra (SE), líder do PT, manifestou opinião de que a participação da Escsa na escolha da Raytheon

"contaminou todo o Sivam". Já Lauro Campos (PT-DF) lamentou que o Sivam propiciará a criação de 20 mil empregos nos EUA, e não no Brasil.

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), que presidiu a supercomissão, discordou da tentativa da oposição de enviar o caso Sivam para análise na Comissão de Infra-Estrutura, com o argumento de que a

supercomissão foi integrada por três comissões do Senado. ACM se absteve na votação. Lúcio Alcântara (PSDB-CE) lembrou que o presidente Fernando Henrique Cardoso enviou carta aos senadores assumindo responsabilidade pelo Sivam, mas foi contestado por Pedro Simon (PMDB-RS). "O presidente assume responsabilidade se o Senado não encontrar nenhuma irregularidade no projeto", frisou Simon.

Roberto Freire (PPS-PE) considerou o projeto Sivam "uma caixa preta fechada, como a usina nuclear de Angra", onde a tecnologia não é aberta aos brasileiros. Já Roberto Requião (PMDB-PR) afirmou não ter dúvidas de que "o Sivam está eivado de

irregularidades". Sebastião Rocha (PDT-AP) pediu que os senadores esperassem pelo pronunciamento oficial do TCU sobre a seleção da Raytheon. Eduardo Suplicy (PT-SP) afirmou que o Senado aprovava o Sivam sem levar em consideração cientistas brasileiros, os quais garantiram ser possível executar o projeto com empresas nacionais por um preço menor.

Contrato pode ser desfeito se houver irregularidade

Ademir contesta editorial sobre ocupação da Vale

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) contestou ontem editorial da *Jornal do Brasil* da semana passada, sob o título "Assalto à mina", o qual, segundo o parlamentar, faz considerações "inverídicas e absurdas" sobre a invasão, por garimpeiros, das instalações da Companhia



Ademir

Vale do Rio Doce na região de Serra Pelada.

Salientando que os garimpeiros contam com o apoio de parlamentares das duas Casas do Congresso, o senador defendeu uma "solução negociada" entre a categoria e o Ministério de Minas e Energia.



Benedita da Silva

Benedita condena decisão do STF sobre crime sexual

A senadora Benedita da Silva (PT-RJ) posicionou-se ontem contra decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que concedeu *habeas corpus* ao encaixado Márcio Luiz de Carvalho, condenado pela Justiça em razão de ter praticado relações sexuais com uma menina de 12 anos. Além de considerar a decisão "polêmica para a história do STF", Benedita disse que como mãe e como senadora sente-se chocada.

Em aparte, o senador Edison Lobão (PFL-MA) defendeu o STF, dizendo que o Tribunal é um dos mais eficientes do mundo e que o ministro Marco Aurélio é um dos mais qualificados daquela Corte.

José Bonifácio propõe mudança na legislação

O senador José Bonifácio (PPB-TO) apresentou ontem projeto de lei destinado a alterar o Código Penal para reduzir de 14



Bonifácio

para 12 anos o limite de idade para efeito de presunção de violência sexual contra menor. O mesmo projeto reduz de 18 para 16 anos a idade prevista nas circunstâncias agravantes que compõem os tipos penais relativos aos crimes sexuais.

O senador disse que a medida visa adaptar a lei penal à realidade social e considerou corajosa a decisão do Supremo Tribunal Federal de conceder *habeas corpus* a acusado de estupro uma menor de 12 anos.

Detentos poderão ter assistência religiosa

Projeto aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais garante o acesso aos presídios de religiosos de todas as confissões, desde que não haja riscos à saúde ou à vida



Eduardo Suplicy

Suplicy diz que governo FHC piora a renda

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) manifestou preocupação com o que chamou de disparidades nas ações do governo, afirmando que as medidas adotadas para desenvolver o País têm contribuído para piorar a distribuição da renda e da riqueza.

Referindo-se ao anúncio de que o governo criará um Banco do Povo, o senador disse que, paralelamente, o BNDES emprestou, a juros de longo prazo, R\$ 184 milhões à Companhia Siderúrgica Nacional, que adquiriu esta semana ações da Light, no valor de R\$ 160 milhões.

Suplicy apresentou requerimento para que o ministro do Planejamento informe ao Senado quais as pessoas jurídicas compradoras da Light e qual o volume de ações por elas adquirido.

Em apertes, Lauro Campos (PT-DF) e José Eduardo Dutra (PT-SE) afirmaram que o leilão da Light tornou mais difícil o entendimento do programa de privatização.

Os detentos em estabelecimentos civis e militares, a exemplo dos internos em hospitais públicos e privados, terão assistência religiosa, no mínimo, uma vez por semana. É o que prevê substitutivo do senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) a projeto de lei da Câmara aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais. O texto garante o acesso, a hospitais e presídios, de religiosos de todas as confissões, para prestar atendimento espiritual aos doentes e de-

tentos, desde que estes concordem com esse benefício, e não haja riscos à saúde ou à vida do interno ou do religioso.

CONVENÇÕES

Presidida pelo senador Beni Veras (PSDB-CE), a comissão aprovou também projeto de decreto legislativo favorável ao texto das Convenções 163, 164, 165 e 166 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Outra convenção aprovada pela comissão foi a Interamericana sobre Conflitos de Leis em Matéria de Adoção de

Menores, celebrada em La Paz, em maio de 1984.

A comissão aprovou ainda substitutivo da Câmara a projeto de lei do Senado que dispõe sobre o exercício da profissão de técnico em turismo.

Projeto alterando a lei que cria a Ordem dos Músicos e dispõe sobre a regulamentação da profissão também foi aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais, na forma de substitutivo elaborado pelo senador Joel de Hollanda (PFL-PE).

Carlos Wilson quer ação concreta pelo turismo

O senador Carlos Wilson (PSDB-PE) afirmou que espera uma participação efetiva do governo Fernando Henrique Cardoso no esforço para consolidar o turismo no Nordeste. "Queremos sinceramente acreditar que o governo federal pretende impulsionar ações que não são mais tentativas, mas realidade concreta", disse.

Ele lembrou declaração do



Carlos Wilson

ministro José Serra, do Planejamento, no sentido de que o Nordeste tem dois caminhos para superar ou ao menos suavizar suas imensas carências: agricultura irriga-

da nos vales do São Francisco e do Parnaíba e o turismo. Por isso, segundo o senador, "é chegada a hora de converter em ação concreta o discurso".

Jáder nega que apóie intervenção

O senador Jáder Barbalho (PMDB-PA) desmentiu ontem informação de que apoiaria o governo federal numa iniciativa



Jáder

para a substituição do comando da segurança pública do Pará, em decorrência do episódio de Eldorado dos Carajás. A notícia foi publicada na coluna "Coisas da Política", assinada por Dora Kramer, no *Jornal do Brasil*, a quem Jáder enviou uma carta, dizendo que a informação é imprecisa.

- Nunca fui instado sobre esse desiderato e, mesmo aguardando energética apuração e punição dos culpados, jamais apoiaria tal intenção - disse Jáder.

Totó homenageia Palmas

A cidade de Palmas constituiu uma síntese da população brasileira, segundo afirmou o senador Totó Cavalcante (PPB-TO), ao reportar-se às comemorações, esta semana, do sétimo ani-

versário da capital do Tocantins.

Ele requereu a transcrição, nos Anais da Casa, do artigo "Palmas, a cidade que nos seduz", de autoria do padre Rui Cavalcante Barbosa.

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ 1º Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho

2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ 1º Secretário: Odacir Soares

2º Secretário: Renan Calheiros ■ 3º Secretário: Levy Dias

4º Secretário: Ernandes Amorim ■ Suplentes de Secretário: Antonio Carlos Valadares ■ Eduardo Suplicy ■ Emília Fernandes ■ Ney Suassuna

■ Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia ■ Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carneiro Silva

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal

Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Helival Rios ■ Coordenador de

Jornalismo - Flávio de Mattos ■ Chefe do Serviço de Imprensa - José do Carmo Andrade

■ Editores - Djalba Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso

Diagramação - Sérgio Silva e Wesley Carvalho ■ Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalame

e Adão Nascimento ■ Revisão: Maria das Graças Aureliano e Lindolfo Amaral

■ Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal